

Apresentação

Leitura e literatura infantil e juvenil: congresso de idéias



Uma das principais condições para o advento da modernidade no Ocidente, com a chegada da primeira revolução industrial, suas máquinas a vapor e a organização dos aglomerados urbanos como os conhecemos hoje, foi a expansão da leitura às camadas mais amplas da sociedade. Antes restrito aos clérigos e aos nobres, o texto escrito começou a se tornar acessível a todos aqueles que se alfabetizavam, até pelas novas exigências de mercado que surgiam. A partir de então, a Europa assistiu ao crescimento das edições de livros e de periódicos variados, que atendiam a públicos diversos, interessados em informações, entretenimento ou conhecimento, segundo suas necessidades vivenciais e ocupacionais.

No Brasil, o processo de modernização política, socioeconômica e cultural só se desencadeou nas últimas décadas do século XIX, com a propaganda republicana e, sobretudo, no início do século XX, com a implantação sistemática do novo regime. Foram desse período as primeiras campanhas de alfabetização e divulgação da leitura. Para tanto, iam-se criando escolas e alargando a preocupação com o leitor, de modo a convencê-lo das vantagens dos grupos letrados sobre os que permaneciam dentro dos muros de uma sociedade ágrafa. Nesse sentido, as palavras de Olavo Bilac, no prólogo ao leitor de suas *Poesias infantis*, de 1895, são exemplares:

Quando a casa Alves & Cia me incumbiu de preparar este livro para uso das aulas de instrução primária, não deixei de pensar, com receios, nas dificuldades grandes do trabalho. Era preciso fazer qualquer coisa simples, acessível à inteligência das crianças; e quem vive de escrever, vencendo dificuldades de forma, fica viciado pelo hábito de fazer estilo. Como perder o escritor a feição que já adquiriu, e as complicadas construções de frase, e o seu arsenal de vocábulos peregrinos, para se colocar ao alcance da inteligência infantil? (BILAC, 1935, p.1).

Se a tentativa falhar, restar-me-á o consolo de ter feito um esforço digno. Quis dar à literatura escolar do Brasil um livro que lhe faltava (*Ibid.*, p.3).

As publicações da época, oriundas de Portugal ou já produzidas no Brasil, vinham, assim, atender às necessidades escolares de leitura, estabelecendo, pois, desde o início, um vínculo entre a literatura infantil e

a pedagogia. Não por acaso, Monteiro Lobato, com *A menina do narizinho arrebitado*, em 1921, inaugurou oficialmente o gênero entre nós pelos caminhos da sala de aula, fazendo enorme sucesso entre os alunos do ensino elementar. Na esteira do autor, que desenvolveu um projeto consciente e maduro de literatura para as crianças brasileiras até sua morte, em 1948, outros escritores exercitaram esse tipo de texto e cativaram leitores ao longo desse período.

No entanto, foi nos tempos desenvolvimentistas de 1950 a 1970 que a indústria do livro se avantajou e a literatura infantil e juvenil cresceu quantitativamente. Para isso, novamente o papel da escola foi fundamental, pois ela passou a cumprir as prescrições da Lei 5692/71, que sentenciava a obrigatoriedade da leitura da literatura. As editoras, por seu turno, facilitavam as tarefas dos professores, enviando, junto com os livros, materiais de apoio pedagógico, como fichas de leitura, a serem adotadas no ensino. Houve, por conseguinte, um crescimento tanto no número de obras quanto no de leitores, o que significou um fortalecimento do sistema literário para crianças e jovens, que despertou o interesse dos diferentes setores da sociedade voltados ao assunto.

Entre eles, estava a Universidade. Pelos idos de 1970, começaram a surgir nos cursos de Letras e Pedagogia as primeiras disciplinas voltadas à Literatura Infantil e Juvenil que, antes, diziam respeito apenas aos cursos específicos de formação de Magistério, de nível médio. Em continuidade, os conteúdos avançaram para os programas de pós-graduação, em expansão no País, e, conseqüentemente, atingiram o estatuto de pesquisa acadêmica, com grupos vinculados às universidades brasileiras sustentando investigações teóricas, críticas, históricas e aplicadas ao ensino da literatura e da leitura em seus diferentes estágios. Isso aconteceu porque essa literatura, com destinatário marcado, exigiu estudos que vencessem as fronteiras da obra e do autor, alcançando a problemática da recepção e das outras linguagens em permanente intercâmbio com a verbal, como a visual e, atualmente, aquela registrada nos novos suportes digitais. O alargamento do objeto de análise, certamente, forçou a reformulação dos aparatos científicos até há pouco ao dispor dos estudiosos de literatura. Os achados têm sido,

desde então, provocadores de diálogos e debates em que se empenham pesquisadores nacionais e estrangeiros, em busca de caminhos que redundem em benefício da produção literária e da sociedade que a consome.

Paralelamente, e também em esforço conjunto, estão os projetos de leitura de iniciativa pública e privada, aos quais os intelectuais da Universidade trazem os seus saberes, que visam à formação de leitores na escola e no espaço social mais amplo. Aí estão envolvidos os Ministérios da Educação, da Cultura e da Ciência e Tecnologia, as Secretarias dos Estados e dos Municípios brasileiros, outros órgãos públicos e instituições privadas. A idéia, nessas ações, é a de difundir o ato de ler em todas as camadas da população, de modo a promover o bem-estar social e o desenvolvimento individual. Com o intuito de levar adiante tais discussões e realimentar o processo, protocolos internacionais têm sido assinados com países de larga experiência em tais questões, como é o caso da França. Convênios dessa natureza têm trazido benefícios mútuos. Do lado de cá do Atlântico, contribuem para a formulação de uma política de leitura que contemple a diversidade cultural brasileira e, para a França, desafiam a reflexão teórica a partir de experiências novas, além de incentivarem a proposição de ações em seu próprio território.

Quando, portanto, os estudos voltados para a leitura e a literatura infantil e juvenil ultrapassam os limites escolares e acadêmicos, eles se tornam uma conquista de toda a sociedade. Para discutir questões teóricas e práticas relativas à qualidade dessa produção e suas relações com outras linguagens, às condições de produção e distribuição, ao exercício da crítica e da seleção de obras, ao ato de ler e à formação de leitores, desde a alfabetização até os cursos de Especialização, realizou-se o Congresso Internacional de Leitura e Literatura Infantil e Juvenil, na PUCRS, em junho de 2008. Os textos aqui reunidos congregam as idéias então debatidas, foco de atenção dos pesquisadores da área, que refletem sobre a complexidade do sistema cultural em que se insere o livro literário para crianças e jovens.

Vera Teixeira de Aguiar

PUCRS

Referência

BILAC, Olavo. *Poesias infantis*. Rio de Janeiro: Francisco Alves, 1935.